Diagnóstico socioambiental voltado para planos de manejo: percepção ambiental da população do entorno do Parque Municipal da Grota Funda

Socio-environmental diagnosis environmental for management plans: environmental perception of the surrounding population of the Parque Municipal da Grota Funda

Aline Ribeiro Machado[1]
Caroline Almeida Souza[1]
Marcella Fortes Falcão da Silva[2]
Talita Teles Diatchuk [3]

[1] Centro de Tecnologia de Recursos Florestais, Instituto de Pesquisas Tecnológicas(IPT) – asribeiro@ipt.br
[2] Programa de Pós-graduação em Ecologia e Conservação dos Recursos Naturais, Universidade Federal de Uberlândia
[3]Monitora Ambiental do Parque Estadual Restinga de Bertioga (PERB) /Parque Estadual Serra do Mar – Núcleo Bertioga (PESM-NB), Fundação Florestal (FF)

Submetido em 15/05/2016
Revisado em 17/05/2016
Aprovado em 25/05/2016

Resumo: O trabalho analisou a percepção ambiental da população do entorno do Parque Municipal da Grota Funda via entrevista semiestruturada. Os resultados foram obtidos por análise de conteúdo e subsidiaram a elaboração do Plano de Manejo do Parque com indicação de ações prioritárias para a compatibilização da ocupação do seu entorno com sua conservação e foi fundamental para definir ações prioritárias no seu Plano de Manejo.
Palavras chave: Planejamento ambiental; Planejamento participativo; Áreas protegidas

Abstract: The environmental perception of the surrounding community of the Parque Municipal da Grota Funda was analysed in this study, via semi-structured interview, generating results through content analysis that supported the development of the Management Plan. This indicated priority actions to enable the surrounding occupation compatibility with the protected area conservation and was essential to define priority actions in its Management Plan.
Keywords: environmental planning; participatory planning; Municipal Park

Introdução

Unidades de Conservação (UC) são espaços territoriais legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000). Sua criação deve servir direta ou indiretamente às populações mais próximas, sendo elas parte essencial no cuidado e manutenção dessas áreas. Por isso, uma boa relação entre uma UC e a população residente no seu entorno é relevante para o futuro da sua conservação e para seu plano de manejo (IBAMA, 2002).

Analisar a percepção ambiental dos indivíduos ou comunidades (tradicionais, periféricas ou sazonais) residentes no entorno de UC, considerando suas implicações como vetor de impacto, pode constituir importante base para o trabalho de pesquisadores, e deve estar previsto em um plano de manejo, indicando ações para possibilitar uma convivência harmoniosa, entre o homem e seu meio. Mattos et al. (2011) citam que o envolvimento da população com a área protegida é importante para sua conservação biológica e cultural, sendo necessário analisar a percepção ambiental da comunidade local para uma melhor gestão da UC, levando à tomada de decisão de forma participativa e que considere a realidade local.

Os trabalhos de percepção ambiental possibilitam revelar e contextualizar a realidade local, as inter-relações homem-ambiente, suas expectativas, anseios, satisfações e insatisfações (Fernades et al. 2009). Considerado como uma importante ferramenta política, que revela a realidade local, e fornece subsídio ao planejamento e à gestão, esse trabalho possibilita evitar ou minimizar os conflitos provenientes de ação incoerentes. Além de auxiliar na implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade e ao manejo dos recursos naturais (BRASIL, 2000).

Devido a todos estes benefícios, o estudo da percepção ambiental tem se desenvolvido nos últimos anos tendo sido utilizado como ferramenta de gestão (Fernandes et al., 2009; Ramos et al., 2011; Rodrigues et al., 2012) e também na

elaboração e avaliação de políticas públicas (Bay e Silva, 2011; Oliveira e Corona, 2008; Rodrigues et al., 2012).

Assim, para subsidiar o processo de elaboração do Plano de Manejo do Parque Municipal da Grota Funda (PMGF), localizado em Atibaia/SP, procedeu-se a análise da percepção ambiental dos residentes nas suas proximidades. O estudo de percepção foi baseado em uma metodologia derivada da pesquisa social, concebida e realizada com associação às respostas apresentadas, que possibilitaram filtrar uma resolução, e diagnosticar uma problemática coletiva.

O objetivo específico deste trabalho foi o de analisar questões importantes para uma convivência harmoniosa entre a população e o Parque, como prevê o Plano de Manejo. Assim, a análise da percepção ambiental foi realizada a fim de identificar aspectos relevantes que indicassem ações que possibilitassem compatibilizar a ocupação do entorno do Parque com sua conservação, para que estas pudessem ser contempladas no seu Plano de Manejo.

Material e métodos

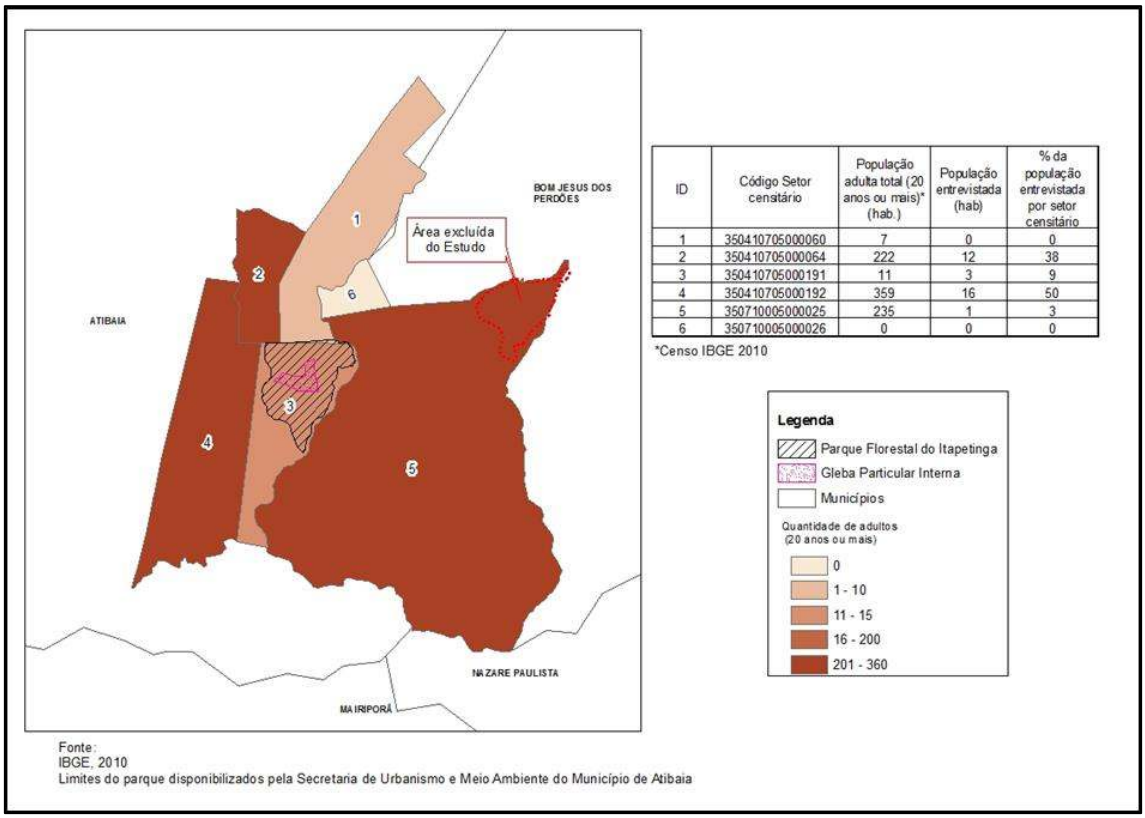
O Parque Municipal da Grota Funda localiza-se no município de Atibaia, no sudeste do estado de São Paulo. Foi criado pela Lei Municipal n° 2.293 de 08 de setembro de 1988 na área da antiga Fazenda Grota Funda, dada a preocupação com o manancial de abastecimento público de água do município localizado nesta Fazenda (Aquino, s.d.). O Parque tem área de 244,7 ha, e circunscreve uma gleba particular de 33 ha, a qual tem uso disciplinado pela Lei Municipal de Atibaia n° 2.295 de 09 de setembro de 1988. Nos imóveis da gleba particular somente é permitido o uso do solo para chácaras ou sítios de lazer de uso individual ou familiar, sendo vedados os usos para hotéis, campings e outras atividades turísticas, bem como qualquer estabelecimento comercial ou de serviços. A área mínima para a divisão de terrenos na gleba é de 10.000 m².

O PMGF está inserido no Sistema de Áreas Protegidas do Contínuo da Cantareira, criado pelo Decreto Estadual n° 55.662, de 30/03/2010, estando inserido na área do Monumento Natural Estadual da Pedra Grande.

O estudo de percepção ambiental foi realizado na área de entorno do PMGF, delimitada a partir dos setores censitários do último censo do IBGE (2010) circundantes do Parque, a saber: 350410705000060, 350410705000064, 350410705000191, 350410705000192, 350710005000025 e 350710005000026. Estes setores abrangem os municípios de Atibaia e Bom Jesus dos Perdões (Figura 1). Foi considerada toda a extensão dos setores censitários exceto para o setor 350710005000025, do qual foi excluída a área urbana de Bom Jesus dos Perdões, identificada por meio de foto aérea.

Para a coleta de informações foram aplicados questionários em uma amostra do universo de propriedades localizadas na área de estudo. As propriedades foram mapeadas por meio de fotointerpretação usando-se o software Google EarthTM (imagem datada de 20/05/2014). A quantidade total de propriedades na área de estudo foi de 191 e uma amostragem aleatória simples foi realizada para escolher 60 propriedades a serem visitadas em campo para a aplicação de um questionário por propriedade. A seleção das 60 propriedades foi feita por meio da função Aleatórioentre do Programa Excel, que retorna um número aleatório entre dois números especificados, neste caso 1 e 191. Ponderações foram feitas para não haver repetições entre os valores retornados pelo Excel.

Nas 60 propriedades visitadas, 32 pessoas (de 32 propriedades diferentes) das que estavam em casa no momento da visita aceitaram participar da pesquisa, tendo sido aplicado questionário por meio de entrevista semiestruturada (BÊRNI, 2002). A amostra representou 16,8% do universo de propriedades da área de estudo, correspondendo a aproximadamente 4% da população adulta (acima de 20 anos) desta área; sua distribuição pode ser observada na Figura 1.



ID	Código Setor censitário	População adulta total (20 anos ou mais)* (hab.)	População entrevistada (hab)	% da população entrevistada por setor censitário
1	350410705000060	7	0	0
2	350410705000064	222	12	38
3	350410705000191	11	3	9
4	350410705000192	359	16	50
5	350710005000025	235	1	3
6	350710005000026	0	0	0

Figura 1 - Distribuição da população entrevistada na área de estudo

O questionário aplicado era composto por dez perguntas abertas, uma pergunta fechada do tipo Sim/Não e três perguntas iniciais de caracterização do entrevistado – idade, nível de escolaridade e tipo de morador (se permanente ou eventual – ex.: casa de férias). As perguntas do questionário foram elaboradas com o objetivo de captar diferentes aspectos da percepção ambiental da população do entorno do PMGF e as diferenças entre a composição dessa população, conforme apresentado no Quadro 1.

Pergunta	Aspectos da percepção ambiental analisados
Pergunta 1: O que você entende por meio ambiente? **Pergunta 2**: Você acha que o meio ambiente na sua região é conservado? Por quê?	Percepção da população quanto ao meio ambiente de forma geral e em relação à sua região
Pergunta 3: Você conhece o Parque Florestal do Itapetinga (Grota Funda)? **Pergunta 4**: Quantas vezes você já visitou o Parque? **Pergunta 5**: O que você gostou no Parque? **Pergunta 6**: Quais foram as atividades realizadas no Parque?	Grau de conhecimento da população sobre a existência do Parque e as atividades já realizadas.

Pergunta 7: Você acha que o Parque é importante? Por quê?	Percepção sobre a importância do Parque
Pergunta 8: O Parque traz benefícios para a comunidade? Por quê? **Pergunta 9**: O Parque causa danos para a comunidade? Por quê? **Pergunta 11**: Imagine se a área do Parque fosse desmatada, o que mudaria na sua vida?	Percepção do papel do Parque para a qualidade de vida local
Pergunta 10: O que você deseja que o Parque ofereça para a comunidade? Por quê?	Reflexões sobre o que o Parque pode oferecer para a comunidade

Quadro 1 - Aspectos da percepção ambiental da população entrevistada relacionados com as perguntas do questionário aplicado.

A aplicação do questionário foi realizada em dois dias e meio de campo, por duas equipes de entrevistadores, cada uma composta por duas pessoas (um entrevistador e uma pessoa para preencher os questionários com as respostas dadas pelos entrevistados), tendo sido realizadas, em média, 6,4 entrevistas por equipe por dia. O tempo gasto em cada entrevista variou de dez a vinte minutos. As entrevistas foram realizadas durante o horário comercial, das 09h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00.

Os dados foram avaliados a partir da técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 1977; BÊRNI, 2002) dos questionários preenchidos. Para tal, identificaram-se os elementos significativos das respostas que permitiram determinar categorias de respostas, ou seja, aquelas que se relacionam a um tema específico. A frequência das categorias de respostas foi calculada e os resultados apresentados em gráficos e tabelas, os quais foram a base para a discussão dos principais aspectos a serem considerados na formulação de conclusões e recomendações para o Plano de Manejo do PMGF. Além dessa análise, o gênero dos entrevistados foi registrado no momento das entrevistas e a relação homem/mulher foi calculada. Foram ainda realizados os seguintes cálculos sobre a amostra: a média e a mediana da idade, a relação do nível de escolaridade e a relação do tipo de morador.

Resultados

Características da população entrevistada

A amostra da população do entorno do PMGF apresentou as características descritas nas Figuras 2, 3 e 4. A maioria dos entrevistados era morador permanente, sendo que apenas três dos 32 entrevistados foram considerados moradores não residentes, uma vez que as propriedades selecionadas eram locais de trabalho. Os gráficos mostram que: a) houve diversificação em relação ao nível de escolaridade dos entrevistados; b) mais da metade dos entrevistados era homem; e c) em média, os entrevistados estavam na faixa etária dos 45-49 anos.

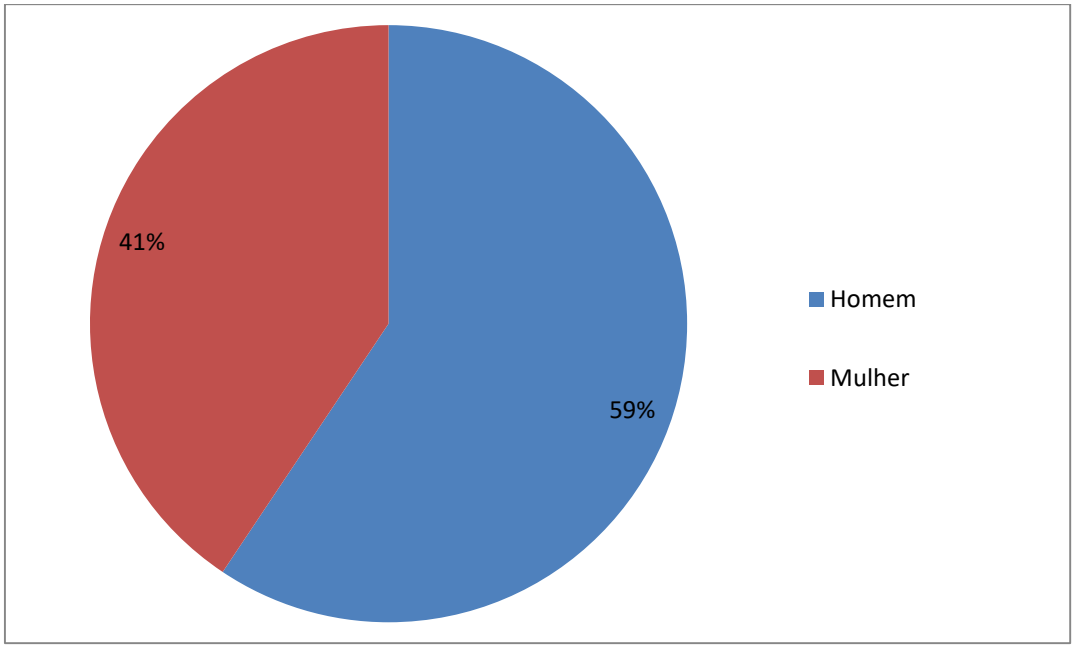


Figura 2 - Classificação dos entrevistados por gênero.

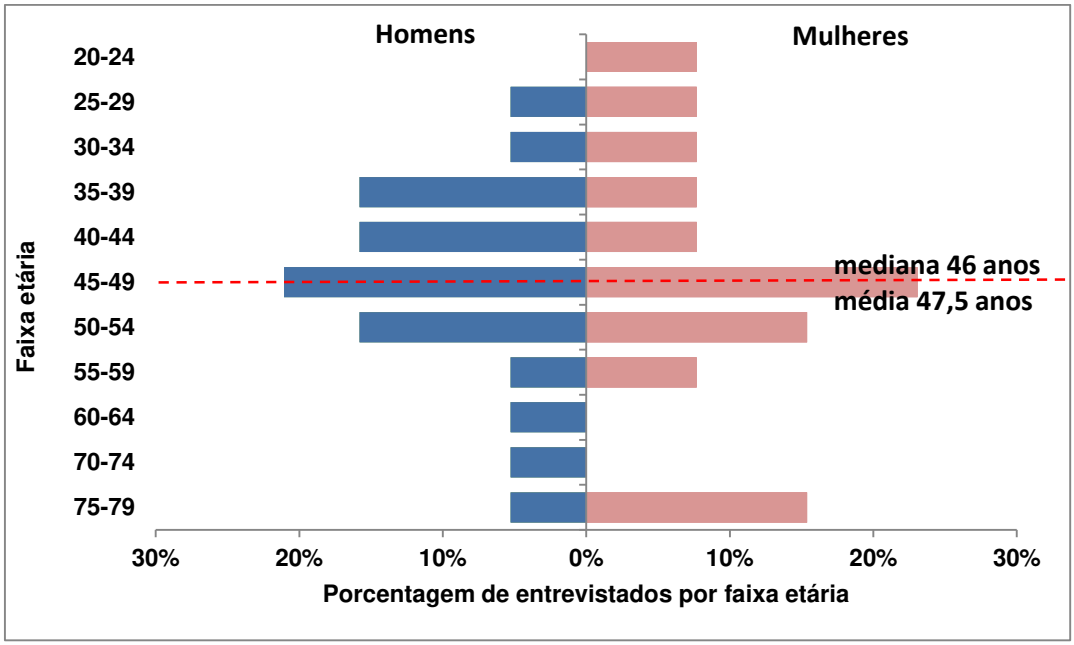


Figura 3 - Classificação dos entrevistados por faixa etária e gênero.

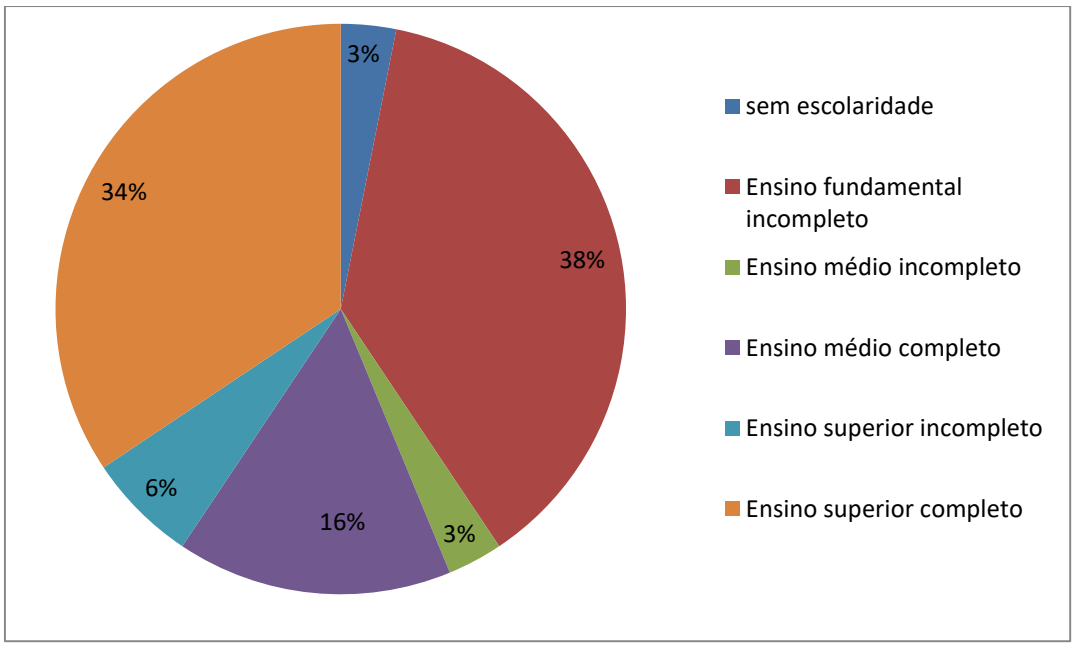


Figura 4 - Classificação dos entrevistados por nível de escolaridade

Percepção da população quanto ao meio ambiente de forma geral e em relação à sua região

Este aspecto da percepção ambiental da população estudada foi levantado por meio das perguntas 1 e 2 do questionário. A frequência das respostas para a pergunta 1 é apresentada na Figura 5.

Na pergunta 1, na qual o entrevistado era levado a pensar sobre uma definição para o termo meio ambiente, a maioria das respostas (90% do total) foi relacionada com a atitude e interação dos entrevistados com o meio ambiente, ou seja, relacionou-se com: o meio em que se vive, a preservação dos recursos naturais e o bem-estar proporcionado[15] . Isto sugere que a população do entorno tem noção da sua responsabilidade na preservação do meio ambiente, indicando ser, portanto, um potencial parceiro para contribuir com ações de conservação que foram definidas no Plano de Manejo do Parque. Assim como analisado por Costa Neto et al. (2010), foi identificado neste estudo que a assimilação de valores ambientais e de posturas e práticas adequadas independem do nível de escolaridade e de padrão de vida.

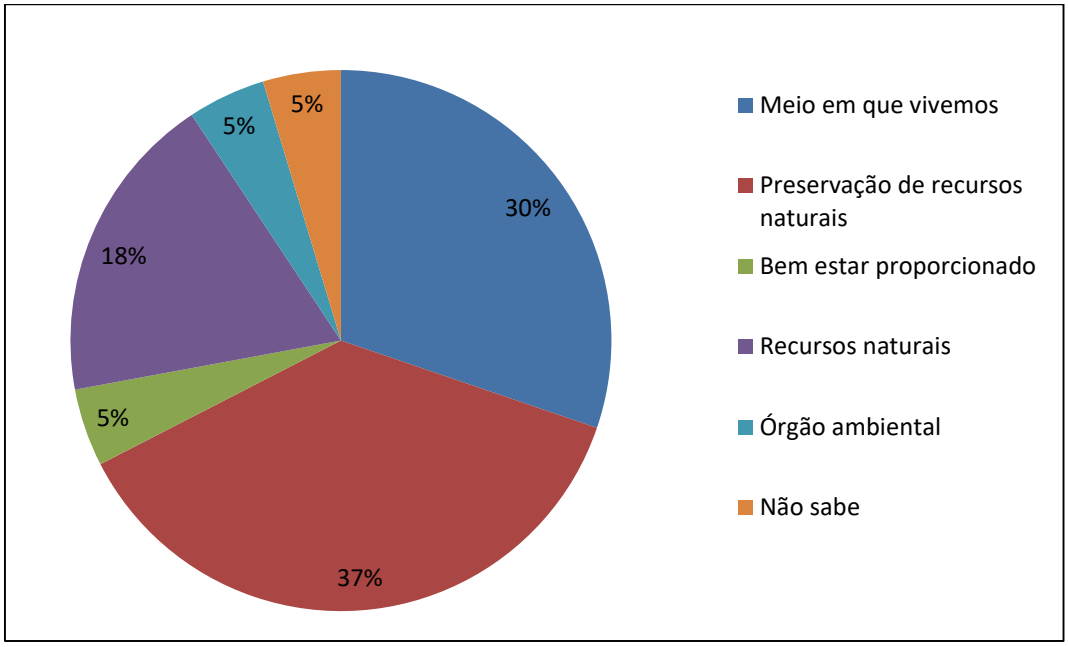


Figura 5 - Frequências das respostas para a pergunta 1: "O que você entende por meio ambiente?"

Dois entrevistados relacionaram o meio ambiente ao órgão ambiental em si, sugerindo que esta percepção engloba o conjunto de obrigações, regras, responsabilidades e deveres legais para a preservação do meio ambiente.

[15] Bem-estar proporcionado, aqui, se refere aos elementos do meio ambiente que atendam às necessidades e desejos individuais que levem à satisfação pessoal – neste caso, os relacionados às necessidades psicológicas, como a recreação, e às necessidades biológicas, como o acesso ao ar puro –, conforme Edwars-Jones, Davies e Hussain (2000).

Das respostas que citaram os recursos naturais, 25% não se incluíram no meio ambiente, não relacionando nenhuma atitude ou interação. Apesar de corresponder a apenas 6% dos entrevistados, este fato deve ser considerado porque pode representar um perfil de morador que tenda a não participação em ações de conservação ambiental. Neste caso, ações são necessárias para promover o crescimento da consciência ambiental como forma de fortalecer sua corresponsabilidade na fiscalização e no controle de agentes de degradação ambiental (JACOBI, 2013).

Na pergunta 2, os entrevistados eram levados a refletir sobre o nível de conservação do seu espaço. Do total de interlocutores, 44% acharam que a sua região não era conservada, enquanto que 47% achavam que era conservada. Apenas 9% dos entrevistados considerou que era em parte conservado. A parcela que afirmou que sua região não era conservada citou a existência de problemas ambientais, principalmente, o desmatamento, queimadas, o lixo e a falta de fiscalização, ressaltando o lado negativo. Aqueles que opinaram de forma favorável à conservação ressaltavam a vegetação preservada do Parque, por ser uma área legalmente protegida, enfatizando o lado positivo da região. Por fim, as pessoas que disseram que a região era em parte conservada, destacaram os dois lados, tanto os problemas ambientais enfrentados, quanto a vegetação preservada. Assim, fica claro que a população do entorno do Parque reconhece que a área verde preservada é importante para a conservação ambiental de sua região, mas que está ameaçada por problemas ambientais específicos, que foram contemplados no Plano de Manejo do Parque.

Grau de conhecimento da população sobre a existência do Parque e atividades já realizadas

Este aspecto da percepção ambiental da população estudada foi captado nas respostas das perguntas 3 a 6 do questionário. A análise das respostas mostra que uma considerável parte da população do entorno entrevistada (31%)

nunca foi ao Parque, e destes, 30% já ouviram falar. A Figura 6 apresenta as atividades realizadas no Parque, dentre as quais 54% se relacionavam com o desfrute dos atributos naturais do Parque (caminhadas pelas trilhas, atividade física/lazer com cachorro, conhecer o sistema de captação de água e andar de moto/bicicleta), enquanto que 46% delas se relacionavam à participação de evento (Festa de Santo Antônio) e à visitação ao morador da gleba interna. Além disso, das pessoas que visitaram o Parque, quase metade (45%) visitou o Parque menos de dez vezes.

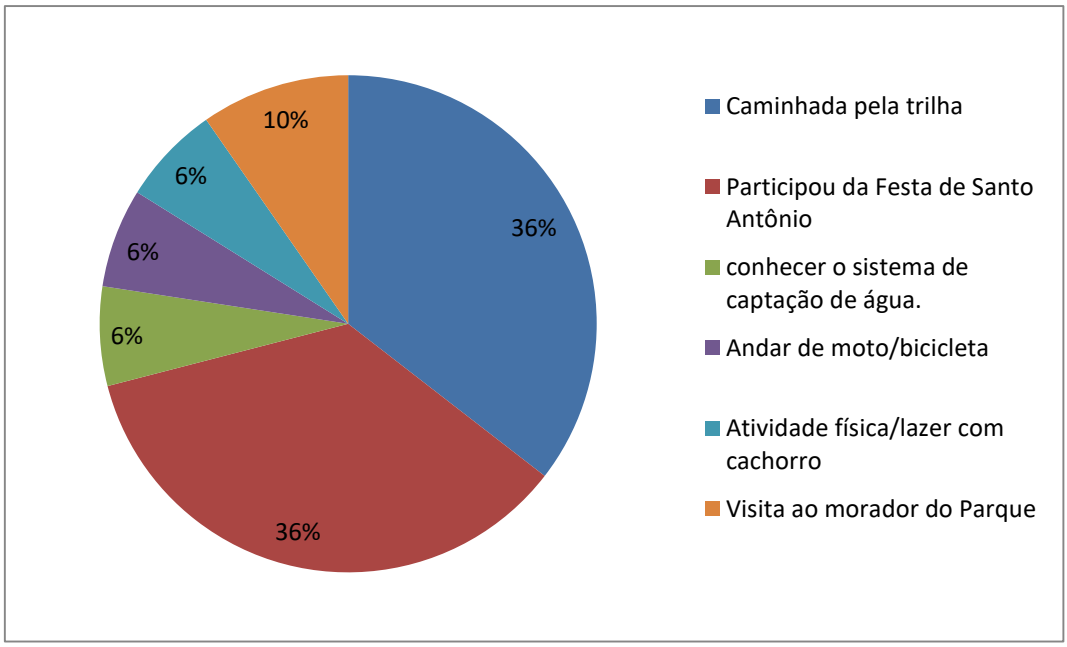


Figura 6 - Atividades realizadas pelos entrevistados no Parque.

Fica claro que não há muita integração do Parque com a população do entorno, visto que 25% dos entrevistados foram exclusivamente para desfrutar de eventos realizados na gleba particular interna e não para visitar as atrações do Parque. Além de uma parcela significativa dos entrevistados nunca ter ido ao Parque (31%) e dos que foram, 45% terem ido poucas vezes (menos de 10 vezes).

Na pergunta sobre o que mais foi apreciado na visita ao Parque, 52% das respostas foram relacionadas aos recursos naturais do Parque, apesar de 1/4 dos entrevistados ter ido apenas à festa de Santo Antônio (Figura 7). Isto indica que apesar da principal motivação dessas visitas, muitas vezes, não terem sido

os atrativos naturais, uma vez em contato com eles, a população aprecia os recursos do Parque.

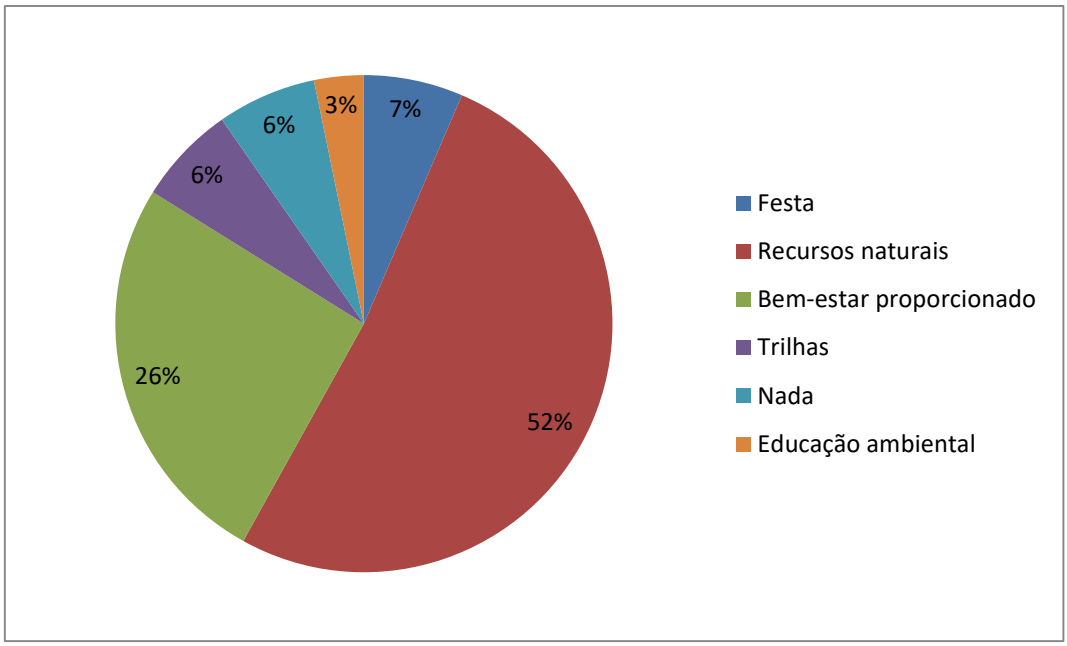


Figura 7 - Aspectos mais apreciados nas visitas ao Parque

Como 87% das respostas se relacionaram aos recursos naturais, às ações educativas e de lazer em contato com a natureza e ao bem-estar proporcionado pelos recursos naturais, as ações da gestão do Parque devem se concentrar na interpretação, preservação e promoção do contato com a natureza de forma não predatória, além de motivar os visitantes do Parque à desfrutar dessas atrações e ressaltar que há opções de lazer além da festa.

Percepção sobre a importância do Parque

Este aspecto da percepção ambiental da população estudada foi captado nas respostas da pergunta 7 do questionário. A totalidade das pessoas entrevistadas (100%) considera que o Parque é importante. Ressalta-se que para as pessoas que não conheciam o PMGF era perguntado se a existência de um Parque em sua região era importante.

A Figura 8 mostra a justificativa da importância do Parque relatada pelos entrevistados. As respostas foram coerentes com os objetivos da categoria

Parque Nacional do SNUC (Lei 9.985/2000), que quando criadas pelo município são denominados Parque Natural Municipal: "O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico." O único objetivo do Parque que ainda não é percebido pela população são as pesquisas científicas. Por isso, faz-se necessária a divulgação das pesquisas científicas realizadas no Parque, mostrando que a área tem uma função extra além da preservação e do lazer.

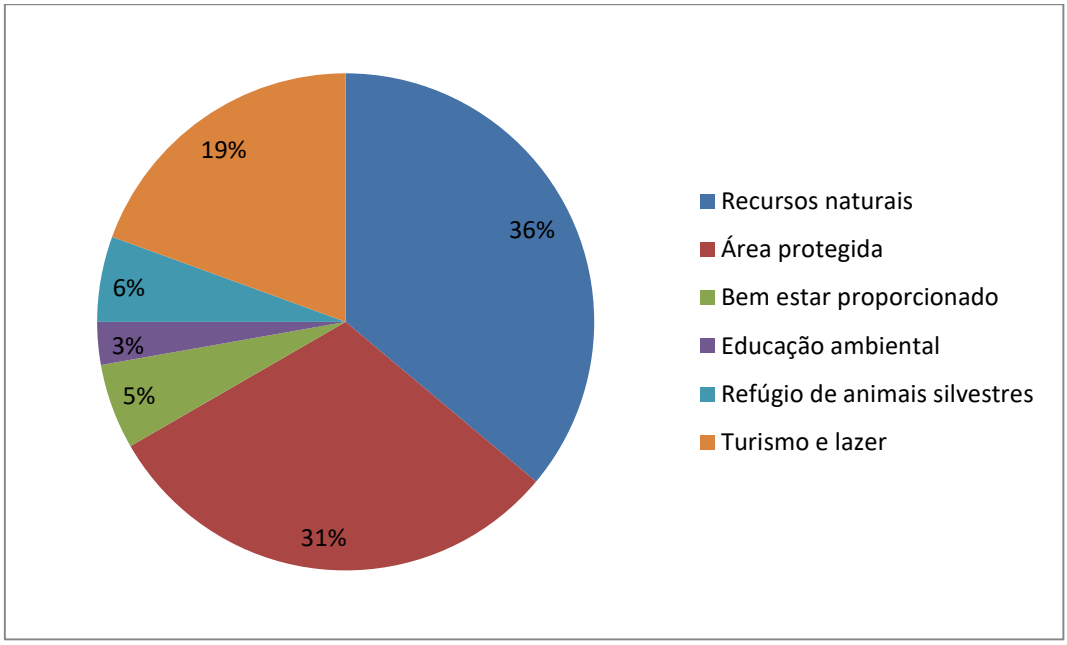


Figura 8 - Justificativas da importância do Parque

Percepção do papel do Parque para a qualidade de vida local

Este aspecto da percepção ambiental da população estudada foi levantado nas respostas das perguntas de 8, 9 e 11 do questionário. A análise de conteúdo das respostas indicou que 94% dos entrevistados achava que o Parque trazia benefícios para a comunidade, já as respostas contrárias se justificaram pela falta de segurança e de Plano de Manejo. A Figura 9 apresenta os benefícios citados pelos entrevistados. As respostas demonstram que os entrevistados

reconhecem o papel do Parque para a qualidade de vida da comunidade, principalmente para turismo e lazer, provimento de recursos naturais (principalmente a água) e proteção de área natural. Isto reforça os resultados já discutidos no item anterior.

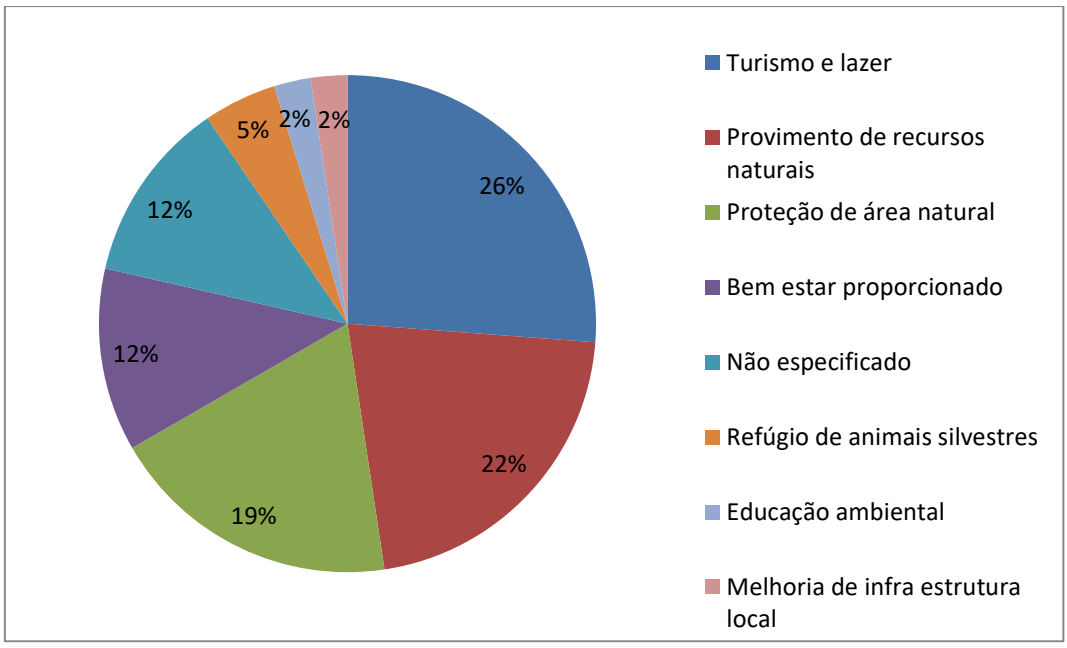


Figura 9 - Benefícios originados pelo Parque à comunidade

Para analisar a percepção do valor do Parque na qualidade de vida individual do entrevistado, levantou-se a hipótese de seu desmatamento total na última questão, a fim de induzir uma reflexão sobre os possíveis benefícios perdidos com a supressão da vegetação. Como na pergunta 8 o valor dado ao Parque já havia sido captado, as respostas para a pergunta 11 só reforçaram os valores individuais e para as gerações futuras (bem-estar proporcionado) dados ao Parque (Figura 10). Os principais benefícios perdidos com o desmatamento do Parque, citados nas respostas, relacionavam-se ao bem-estar proporcionado pelo Parque, ao meio ambiente conservado, refúgio de animais silvestres e provimento de recursos naturais.

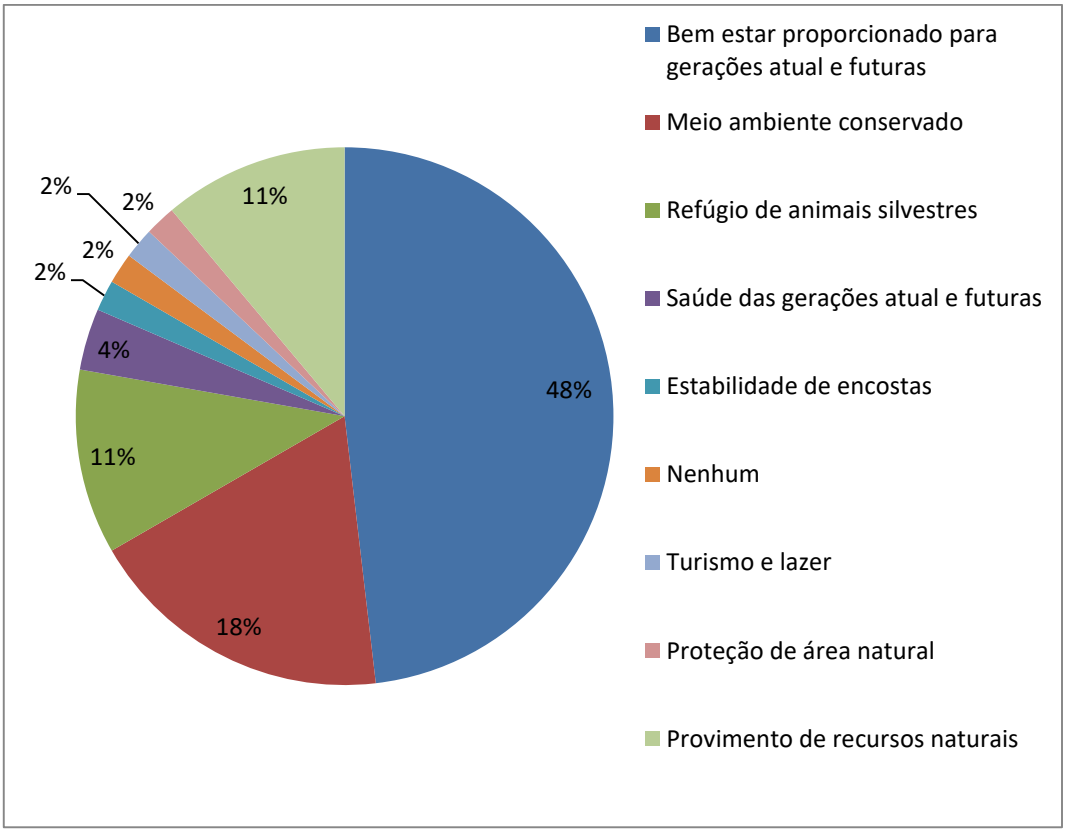


Figura 10 - Benefícios perdidos na hipótese de supressão da vegetação do Parque

Para 28% dos entrevistados, o Parque traz algum dano para a comunidade, tendo sido citados os seguintes aspectos: impedimento quanto ao uso da terra, práticas ilícitas (uso de drogas, assaltos), aparecimento de animais peçonhentos/agressivos nas residências lindeiras e refúgio para criminosos. Os resultados concordam com os resultados obtidos por Faxina e Trevizan (2011) que também identificaram que apesar de quase todos os entrevistados perceberem o benefício de áreas protegidas para a sociedade, tiveram uma percepção negativa da existência de áreas protegidas ao considerarem a limitação ao desenvolvimento local e ao imóvel. Estes são os conflitos que foram abordados no Plano de Manejo.

Reflexões sobre o que o Parque pode oferecer para a comunidade

Este aspecto da percepção ambiental da população estudada foi captado na resposta da pergunta 10 do questionário e os resultados são mostrados na Figura 11. Do total de respostas, 21% foram relacionadas às ações para manter

a conservação dos recursos naturais, ressaltando-se a fiscalização, limitação da visitação e prevenção aos incêndios florestais. Além disso, 19% das respostas estavam relacionadas às ações para aumento da atratividade do Parque para o turismo e lazer e 16% das respostas estavam relacionadas à melhoria da infraestrutura, incluindo principalmente estruturas para o turismo, melhoria de acesso, e aumento da segurança. Por outro lado, 12% das respostas ressaltaram a importância das trilhas serem monitoradas, mostrando que as trilhas são uma atração reconhecida para o turismo e lazer, mas que elas devem ser mais bem interpretadas. As demais respostas estavam relacionadas ao aumento da interação com a comunidade, destacando-se ações de educação ambiental e atividades culturais.

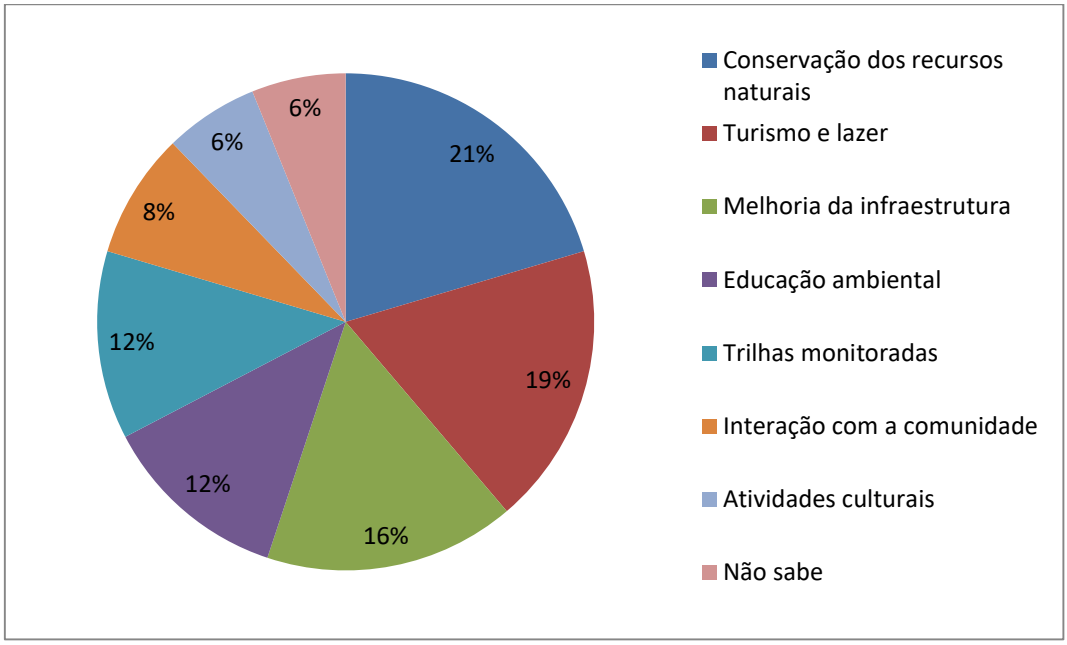


Figura 11: Aspectos que o Parque pode oferecer para a comunidade

Conclusões

Em geral, a população do entorno do PMGF percebe sua interação com o meio ambiente, o que sugere que há noção de corresponsabilidade na preservação. Ainda assim, recomendou-se que as ações de educação ambiental do Plano de Manejo do PMGF atendam aos dois perfis de moradores identificados no estudo: os que já demonstram ter disposição a colaborar com

ações de conservação ambiental e os que ainda não se veem integrados à questão, mesmo sendo minoria.

A população estudada percebe que a região apresenta vegetação preservada, mas que há problemas ambientais que a ameaçam. Os principais problemas ambientais citados foram o desmatamento, as queimadas, o lixo e a falta de fiscalização.

Falta maior integração da população do entorno nas atividades relacionadas ao desfrute dos atributos naturais do Parque, uma vez que se observou que parte da população vai ao Parque para participar da Festa de Santo Antônio, outra parte nunca foi ao Parque e os que foram visitaram poucas vezes. Assim, recomendou-se que o Plano de Manejo do Parque definisse ações de gestão voltadas à apresentação de outras opções de lazer além da Festa de Santo Antônio.

A importância dada ao Parque pelos entrevistados vai ao encontro dos objetivos almejados pela categoria Parque Natural Municipal do SNUC. O único objetivo dessa categoria que ainda não é percebido pela população são as pesquisas científicas. Foram levantados ao todo 15 trabalhos sobre a fauna do Parque e 6 trabalhos sobre sua flora. Por isso, recomendou-se que o Plano de Manejo da UC contemplasse ações de divulgação das pesquisas científicas realizadas no Parque, mostrando que a área tem uma função extra além da preservação e do lazer; como fonte de produção do conhecimento científico.

A maioria dos entrevistados acha que o Parque traz benefícios para a comunidade; as respostas contrárias se justificaram pela falta segurança na área e de Plano de Manejo.

Os entrevistados reconhecem o papel do Parque para a qualidade de vida da comunidade, principalmente para turismo e lazer, provimento de recursos naturais (principalmente a água) e proteção de área natural. Isto reforça a importância dada ao Parque pelos entrevistados, que também vai ao encontro dos objetivos da categoria Parque Natural Municipal do SNUC.

Os entrevistados também reconhecem o papel do Parque para a qualidade de vida individual quando levados a refletir sobre o impacto em suas vidas na hipótese do desmatamento total do Parque. Os principais benefícios perdidos com o desmatamento do Parque citados relacionavam-se ao bem-estar proporcionado pelo Parque, ao meio ambiente conservado, ao refúgio para animais silvestres e ao provimento de recursos naturais.

Para 28% dos entrevistados, o Parque traz algum dano para a comunidade, tendo sido citados os seguintes motivos: impedimento quanto ao uso da terra, práticas ilícitas (uso de drogas, assaltos), aparecimento de animais peçonhentos/agressivos nas residências lindeiras e refúgio para criminosos. Estes conflitos levantados foram abordados na elaboração do Plano de Manejo.

Apesar dos conflitos levantados, os mesmos não pareceram ser motivo de afastamento da população quanto a seu papel na colaboração da conservação do Parque, dado que os benefícios advindos de sua existência mostraram-se mais relevantes comparativamente aos malefícios.

Os entrevistados desejam que o Parque ofereça ações relacionadas aos seguintes aspectos: manutenção da conservação dos recursos naturais do Parque, melhoria da infraestrutura e de ações voltadas ao turismo e lazer e aumento da interação com a comunidade. Esse resultado indica os gargalos existentes para a consolidação do PMGF como alternativa de lazer para a comunidade de seu entorno.

As descobertas do estudo auxiliaram na etapa de zoneamento e de desenvolvimento de programas temáticos do Plano de Manejo do Parque Municipal da Grota Funda, visto que indicaram informações relevantes para o planejamento de sua gestão. Conclui-se, portanto, que o conhecimento sobre a interação da população do entorno com o Parque foi fundamental para diagnosticar os aspectos a serem considerados e para definir ações prioritárias no seu Plano de Manejo.

Por fim, conclui-se que as perguntas elaboradas para o questionário foram suficientes para o diagnóstico da interação da população do entorno do Parque e para a indicação de ações prioritárias para melhorar esta interação durante a elaboração do Plano de Manejo do Parque. O questionário poderá, portanto, ser aplicado em outras áreas protegidas com este mesmo intuito.

Referências

AQUINO, C. M. C. **Parque Municipal**: Estudo de Manejo, Implantação e Desenvolvimento. Atibaia, Prefeitura da Estância de Atibaia, s.d., 123 p.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977, 225p.

BAY, A.M.C.; SILVA, V.P. Percepção ambiental de moradores do bairro de Liberdade de Parnamirim/RN sobre esgotamento sanitário. **Holos**, v.3, n.27, 2011.

BÊRNI, D. de A. (Org.). **Técnicas de pesquisa em economia**: transformando curiosidade em conhecimento. São Paulo: Saraiva, 2002, 408 p.

BRASIL. **Lei nº 9985** de 18 de julho de 2000, regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em maio de 2016.

BRESOLIN, A. J ZAKRZEVSKI, S. B. B. MARINHO, J.R. **Percepção, comunicação e educação ambiental em Unidades de Conservação**: um estudo no Parque Estadual de Espigão Alto- Barracão/RS- Brasil Perspectiva, Erechim. v.34, n.128, p. 103-114, dezembro de 2010

COSTA NETO, António Ribeiro da et al. Gestão dos espaços naturais de Manaus: uma interpretação da sensibilização e participação pública na conservação de áreas protegidas. **Acta Amaz. [online]**. 2010, vol.40, n.4, pp.667-674. ISSN 0044-5967.

FAXINA, Fabiana e TREVIZAN, Salvador Dal Pozzo. Conservação ambiental no campo ou estratégia de transferência de recursos do rural ao urbano. **Soc. nat. (Online) [online]**. 2011, vol.23, n.2, pp.237-247. ISSN 1982-4513.

FERNANDES, R.S.; SOUZA, V.J.; PELISSARI, V.B.; FERNANDES, S.T. **Uso da percepção ambiental como instrumento de gestão em aplicações ligadas às áreas educacional, social e ambiental**. Rede Brasileira de Centros de Educação Ambienta. Rede CEAS. Notícias, 2009. Disponível em: http://www.redeceas.esalq.usp.br/notícias/Percepcao_Ambiental.pdf. Acesso em: maio de 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA. **Roteiro metodológico de planejamento**: Parque Nacional,•Reserva Biológica e Estação Ecológica. Ediçoes IBAMA, 2002, 136p.

JACOBI, P. R. (Coord.). **Aprendizagem Social e Unidade de Conservação**: Aprender juntos para cuidar dos recursos naturais. São Paulo: IEE/PROCAM, 2013.

MATTOS, Patrícia Pereira; NOBRE, Itamar de Morais e ALOUFA, Magdi Ahmed Ibrahim. Reserva de desenvolvimento sustentável: avanço na concepção de áreas protegidas?. **Soc. nat. [online]**. 2011, vol.23, n.3, pp.409-421. ISSN 1982-4513.

MEDEIROS, R. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Ambiente & Sociedade**. v. IX, n. 1, jan./jun de 2006

OLIVEIRA, K.A.; CORONA, H.M.P. A percepção ambiental como ferramenta de propostas educativas e de políticas ambientais. **ANAP Brasil**, n. 1, 2008.

RAMOS, Jorge; OLIVEIRA, Miguel Tiago e SANTOS, Miguel N.. Stakeholder perceptions of decision-making process on marine biodiversity conservation on sal island (Cape Verde). **Braz. j. oceanogr. [online]**. 2011, vol.59, n.spe1, pp.95-105. ISSN 1982-436X.

RODRIGUES, M.L.; MALHEIROS, T.F.; FERNANDES, V.; DARÓS, T.D. A percepção ambiental como instrumento de apoio na gestão e na formulação de políticas públicas ambientais. **Saúde Soc.**, São Paulo, p. 96-110, v.21, s.3, 2012.